



# Anais da Assembléia

Nº 104

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 02 DE SETEMBRO DE 1976

ANO II

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA SESSÃO ESPECIAL, DESTINADA ÀS COMEMORAÇÕES DA SEMANA DA PÁTRIA REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 1976

(QUINTA-FEIRA)

Presidência, do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Maurício Fruet e Muggiati Filho.

Às 15,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglío, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO ESPECIAL

destinada às Comemorações da Semana da Pátria.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

(Lendo): “A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por sua Presidência, sente-se envaidecida por manifestar sua integral adesão aos atos comemorativos da Independência Nacional.

Mais do que sua associação às celebrações, inegavelmente cabíveis e oportunas, quer o Poder Legislativo paranaense estar identificado com o espírito que preside o evento, que enlaça todos os brasileiros na comunhão dos ideais de independência.

O “7 de Setembro” deve significar exatamente isso: manter acesa a chama dos valores cívicos que iluminou as lideranças atuantes em 1822, para fazê-la irradiar por todos os quadrantes da Pátria e penetrar no íntimo de cada um dos brasileiros, a fim de que a unidade nacional repouse, não apenas sobre instituições e códigos, mas na arraigada vocação para uma existência plenamente independente.

Para tanto, se mobilizam as forças vivas da nacionalidade, nos quartéis, nas bases, nas escolas, nos escritórios, nas empresas, nas oficinas, nos partidos, na administração pública, nas cidades e nos sertões para, mercê do cumprimento dos deveres concernentes a cada categoria, fortalecermos as bases espirituais, sociais econômicas, culturais e políticas da independência brasileira. Independência que se expressa na escala internacional, onde o Brasil muito justamente passou a pleitear o lugar que o seu passado e o valor de sua gente merece, e na dimensão interna, onde a ação governamental revolucionária se empenha com a finalidade especial de promover a independência do Homem, criando-lhe as condições tendentes a favorecer seu desenvolvimento até à plenitude de suas potencialidades.

O Poder Legislativo do Paraná tem consciência da parcela de responsabilidade que lhe toca e está, como sempre esteve contribuindo para que a Independência do Brasil corresponda

aos sonhos dos nossos antepassados”.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo, para falar em nome da bancada do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Em nome do Movimento Democrático Brasileiro, honra-me registrar sua palavra de comemoração e de reverência à data maior de nossa nacionalidade.

O nosso povo, que tem memória e que com suor e sofrimento constrói a nossa História, participa das comemorações em obediência ao seu sentimento espontâneo de brasilidade e não em razão de ordem ou decreto. Ele sabe que a pátria não tem dono; a pátria é de todos e de cada um.

Toda a nação está em festa. As tropas marcharão. Os estudantes desfilarão. Os líderes políticos falarão. E em todas as ocasiões será repetido o grito imortalizado pela memória nacional: “Independência ou Morte”, acompanhado de referências elogiosas ao que o proclamou, D. Pedro I. E, por ser da maior justiça, será reverenciada também a memória do Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva.

Cumpr-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao lembrar que aquele brado não foi obra espontânea e isolada, endereçar as nossas manifestações de alegria, de agradecimento e de reverência, ao verdadeiro e grande herói de nossa independência: o povo brasileiro.

No dia 7 de setembro de 1822, o Brasil tornou-se um país independente não em virtude de um grito, mas em razão de um processo revolucionário, iniciado muitos anos antes, com mártires e heróis, de que são exemplos maiores Felipe dos Santos e Tiradentes.

Conta o historiador José Honório Rodrigues, que já em 1640, o padre Antônio Vieira, “o mais famoso pregador que o Brasil jamais ouviu”, dizia que “desfazia-se o povo em tributos e mais tributos, em imposições e mais imposições, em donativos e mais donativos, em esmolas e mais esmolas, e no cabo nada aproveitava, nada luzia, nada aparecia. Por quê? Porque o dinheiro não passava das mãos por onde passava. Muito deu em seu tempo Pernambuco; muito deu e dá a Bahia e nada se logra; porque o que se tira do Brasil, tira-se do Brasil; o Brasil dá, Portugal o leva”.

Dizia mais o famoso pregador: “Os mais velhos que me ouviram e estais presentes, bem vistes neste Estado, e quando menos, ouviríeis murmurar aos passageiros das canoas, e muito mais lamentar aos miseráveis remeiros delas, que os maiores que cá foram mandados, em vez de governar e aumentar o mesmo Estado o destruíram, porque toda a fome que de lá traziam, a fartavam em comer e devorar os pequenos”.

Foi por isso que a luta pela nossa Independência foi uma luta cruenta e incruenta. Foi uma luta eminentemente popular em defesa do interesse nacional, cujo espírito José Bonifácio pôde apreender. Daí, porque, o Patriarca, segundo o historiador, foi intransigente na defesa dos nossos interesses, batendo-se contra a admissão de oficiais portugueses no exército brasileiro, contra a nomeação de portugueses nos lugares de confiança, evitando a preterição dos brasileiros, chamados pelos áulicos de “negros” e “botocudos”. Os vários motins de 1821 no Ceará (14 de abril), Rio de Janeiro (21 de abril), com muitos mortos e feridos, no Maranhão (30 de abril), na Bahia (03 de novembro), em Vila Rica (20 de setembro), os motins e desordens de 1822 no Pará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, revelam os inconformismos populares e as intransigências das

lideranças radicais, dispostas a uma solução não compromissária. O "Fico", em 9 de janeiro de 1822, e a Guerra da Independência são dois momentos construtivos de nossa História, ambivalentemente incruenta e cruenta". (José Honório Rodrigues).

Desde logo se concluiu, sem necessidade de maiores provas, que o grande autor da nossa Independência foi o povo brasileiro, cujos sentimentos foram fielmente interpretados por lideranças autênticas e honestas, como José Bonifácio de Andrada e Silva.

Talvez tenha sido por isso que, segundo os historiadores, a Guerra da Independência tenha sido apoucada para valorizar a obra da Casa de Bragança, para sofrer o papel dos brasileiros e de José Bonifácio, e, finalmente, para favorecer o conagração luso-brasileiro.

O resultado é que movimentos de massa militares comparáveis aos dos grandes chefes libertadores da América do Sul, como Bolívar e San Martín, não têm recebido o destaque merecido". Acrescenta José Honório Rodrigues: "A Historiografia latino-americana e mesmo a norte-americana não falam da nossa Guerra da Independência, como se a nossa libertação fosse uma dádiva portuguesa. Se Bolívar, em 1824, chegou a dirigir 9.000 homens entre colombianos e peruanos, se San Martín, em 1817, contou com 8.000 homens; na guerra da Independência da Bahia as tropas brasileiras atingiram, em abril de 1823, 11.000 homens, dos quais 7.000 comandados por Pedro Labatut, em Pirajá; e, no Maranhão, mais de 8.000 combatentes lutaram pela Independência". E diz mais: "Houve aqui, como em toda a América, grande derramamento de sangue. A esquadra que Cochrane comandou era composta de mais de 9 navios e mais de 2.000 praças".

A revolução da Independência, formalmente vitoriosa com o grito de 7 de setembro de 1822, teve seqüência em lutas posteriores, não meramente políticas, mas sobretudo sociais. Mas com ela se firmou o princípio da soberania popular e o poder constituinte era parte integral da soberania da nação.

Este povo que fez a nossa independência continuou e continua lutando. E em todas essas lutas e em todas as ocasiões, mesmo diante de pressões e de martírios, não faltaram líderes populares autênticos que soubessem apreender e conduzir as aspirações nacionais.

Cada época tem a sua tarefa, com episódios marcantes. Então, foi a Guerra da Independência; depois, a abolição da escravatura; logo em seguida, a Proclamação da República; a Revolução de 1930, a redemocratização do País, em 1945.

Cada época tem a sua tarefa. A nossa época também tem a sua parte.

Ontem, foi a nossa vez de lutar pela nossa independência diante de Portugal; agora, foi a vez de Guiné-Bissau, de Moçambique e de Angola. Agora, todas essas nações, frutos da mesma colonização e falando a mesma língua, têm todas as condições para, como nações independentes e soberanas, com as mesmas formações, com os mesmos ideais e com os mesmos problemas, se unirem e constituírem a Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa.

Cada povo, em cada nação, lutará a sua luta e respeitará a luta do outro.

Nós lutamos a nossa. Lutamos agora pela nossa independência econômica. Lutamos pela independência social do nosso povo. E, como partido político, pretendendo assumir as responsabilidades políticas e administrativas da nação brasileira, lembramos que temos um programa que é a nossa palavra empenhada perante o país. E este programa diz que "O Estado, como detentor do Poder Público, não se justifica pela força de que se acha investido, mas por sua origem na vontade popular. Democracia não é apenas governo para o povo, mas também é essencialmente governo pelo povo, através de eleições livres. Esse princípio está definido na Declaração Universal dos Direi-

tos do Homem, nos seguintes termos: "A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal".

Eis porque, ao comemorar a data da nossa Independência, proclamamos o nosso respeito à independência e à vontade do nosso povo".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, Líder da Aliança Renovadora Nacional.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados.

(Lendo): "A Aliança Renovadora Nacional e o Poder Legislativo, em comunhão com todos os brasileiros, reverencia a Pátria. Ajoelha-se diante do Panteão de seus heróis e construtores de nossa independência. Antevê o futuro emergente. É a homenagem que presta ao Brasil de sempre.

Irmanam-se diante do altar da Pátria os brasileiros nascidos do mesmo chão e atraindo o mesmo ar. A data da maioria política e administrativa propicia-nos recordar, cantar os feitos e REVERENCIAR o presente.

Acorda a consciência de brasilidade e da mãe terra que foi o nosso berço, é o nosso lar e o seu seio receberá os nossos despojos.

Permito-me, Sr. Presidente, contemplar o passado.

Permito-me olhar esta terra que acordou com as caravelas. Rezou missa, que consubstancia todos os valores humanos, embebidos no amor do Cristianismo. Contemplo esse Brasil gigante, conquistado pacificamente pela bravura e intrepidez do bandeirante.

Olho essa terra de "verdes mares bravios", de Iracema e Poty. Contemplo esse amálgama de raças a trabalharem unidas em prol da grandeza da Pátria. É o valente sertanejo dos canaviais e seringais; é o vaqueiro dos pampas; é o trabalhador das indústrias; é o construtor de Brasília e cultivador do cerrado; é o cafeicultor e o sojicultor; é o brasileiro do trópico quente e do sul temperado, que se irmana.

Este brasileiro tem a sua história. A história que começou na costa imensa e penetrou sertão a dentro. Na fase colonial, foi a ocupação pacífica de uma área-continente. O bandeirante escreveu o capítulo de bravura e coragem. O escravo emprestou o seu braço. O índio cedeu a terra.

Os timoneiros da nau pátria ao sentirem-se em condições de singrar o seu próprio caminho, pois a Metrópole já tinha cumprido a sua missão, proclamaram a maioria desta Nação. Foi uma separação praticamente pacífica, ainda que se mobilizasse valoroso contingente. Valoroso, valente, e que soube dar o seu sangue nas lutas que antecederam o Grito da Independência ou Morte.

O Grito da Independência teve seus mártires e seus heróis. Os mártires foram os brasileiros de Minas Gerais. Os heróis foram o Imperador e os mentores da proclamação do "Já raiou a liberdade, no horizonte do Brasil".

O brado do Ipiranga ecoou pelo País. Maranhão, São Paulo e a Cisplatina não ouviram com a mesma consciência como os líderes da auto-determinação. Contudo venceu e prevaleceu a brasilidade. Venceu o Brasil.

O brado da independência foi importante, todavia, mais notável foi a sua preservação. E nesta preservação, ressalta o fator mais importante: preservou-se a unidade territorial, a unidade língua e a unidade cultural.

Nesta hora da comunhão nacional não será despropositado recordar que o grito da independência, tinha o respaldo da maturidade e da segurança de um grande líder: José Bonifácio de Andrada e Silva. Sua maturidade intelectual e emocional seguramente fundamentaram o brado emocional do jovem imperador D. Pedro.

Audacioso foi o Plano do Patriarca para a Nação que se

libertava da tutela portuguesa e atirava fora os laços que a uniam à Metrópole. Defendia o Plano do Patriarca a reforma agrária para a jovem Nação. Apregoava a abolição da escravidão, alicerce básico da economia agrícola. Pregava a incorporação do índio à civilização. Propugnava a recuperação financeira do país que até aqui tinha trabalhado para a pátria mãe. Preconizava a Assembléia Constituinte para que todos participassem do Poder. Elaborou projetos do Código Eleitoral e da Lei da Imprensa.

Defendia intransigentemente a integridade e indivisibilidade da Nação. Na política externa propugnava pela autodeterminação dos povos e pela paz internacional.

Este programa da Nação que despertava levaria anos para se concretizar, porque a Pátria não se constrói num dia, nem por poucos. É fruto de anos e da conjugação do esforço e do sacrifício de todos. Todavia, as lideranças da época não estavam no vazio. Não era apenas um grito num momento de emoção, mas, uma determinação fundamentada em plano concreto e na experiência de um grande brasileiro. No instante em que 154 anos nos separam daquela data-marco de uma nova Pátria - volvemos os olhos reverentes a quantos souberam no decurso dos anos guardar o legado sacro. Vivemos império; vivemos repúblicas; vivemos problemas internos; vivemos dificuldades financeiras; vivemos crises; tivemos momentos cruciantes; participamos de conflitos em outras terras. Em todos os momentos os brasileiros souberam dar-se as mãos; superar as divergências; colocar o altar sagrado da Pátria em primeiro plano; vencer obstáculos e pontos de vista pessoais; preservar os valores humanos; defender os interesses superiores da Nação.

No decurso da História, ocivil e o militar, ombro a ombro, batalharam pela grandeza da Nação. É o gênio Militar de Caxias a pacificar os ânimos divergentes; é a coragem de Cândido Rondon a penetrar qual novo bandeirante, pela selva brasileira; é Ruy Barbosa a assombrar o mundo na defesa da liberdade e auto determinação de Haia; é o soldado anônimo a levantar bastiões de vanguarda ao longo da costa e da fronteira; é o camponês a extrair da selva bravia o pão para si e para o próximo; é o operário a lutar pela nossa independência econômica nas fábricas. Todos estão unidos a caminhar juntos e construir a potência emergente.

Os brasileiros de farda, toga ou macacão nos legaram lições que cabe reverenciar. No passado e no presente, muitas foram e são as propostas de melhor servir ao país no passado e no presente houve e há vozes destoantes; no passado e no presente a construção da pátria não teve e não tem unanimidade de tropa bovina; no passado e no presente o desenvolvimento, a implantação de justiça social, do bem comum estiveram presentes entre os que nos dirigem.

Esta divergência sempre desapareceu quando a Pátria assim o exigia. 1964 é o exemplo mais categórico. O caos se implantava; a desorientação reinava; o futuro estava nebuloso; ideologias estranhas campeavam; o País parecia navegar em mar tenebroso, sem rumo e sem timoneiro. A união do soldado, da valorosa mulher brasileira, do trabalhador consciente recolocaram a nau no rumo que parecia perdido. Singramos com segurança para o desenvolvimento.

A retomada do caminhar seguro de 1964, demonstra de que o brasileiro soube e sabe cultivar o legado de seus heróis que não somente estão em bronze, mas igualmente gravado em cada coração de cada brasileiro.

O amor à Pátria superou e supera sempre as divergências; venceu e vence os interesses menores; conjuga esforços e sacrifícios em prol de causas sempre maiores.

No instante em que o mundo convulsiona-se em problemas que oscilam entre a falta de segurança, a preocupação com a energia, a busca desesperada de alimentos, nós sentimos seus efeitos. Lutamos para superar a dificuldade de adquirir o petróleo que aciona o progresso. Batalhamos para produzir para nós e para o mundo, pois sabemos que a soja, cuja semente ainda não

foi lançada à terra, já está sendo procurada por nações desenvolvidas.

Neste revoltado mundo de problemas, podemos elevar preces a Deus por termos preocupações bem menores.

Engolfinha-se em luta fratricida ou religiosa nações inteiras e nós temos preocupações tecnocratas ou de superfuncionários. Morrem milhões de famintos e nós fomos cumulados de terra dadivosa e os nossos dirigentes oferecem tudo para quem deseja produzir. Preocupam-se povos em inserir em suas constituições a que blocos ou ideologias devem pertencer e nós podemos ter o orgulho de gozar da liberdade de crença, liberdade de expressão, liberdade de locomoção.

Ao festejar o Brasil de ontem e de hoje, cabe elevar uma prece pelos que dirigem, para serem os guardiões do passado e pedir para que as gerações que dirigirão a Pátria, amanhã, a Pátria - "mãe gentil" - não abram mão dos valores humanos que sustentaram o arcabouço do passado.

Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE - (Paulo Camargo) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 03, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

## RESOLUÇÕES:

### RESOLUÇÃO Nº 87/76.

DATA: 27 de agosto de 1976.

SUMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Guaraqueçaba, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Barbosa Pinto, da sede do referido Município (Mensagem Governamental número 154/75).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 03 de outubro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Guaraqueçaba, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Barbosa Pinto, da sede do referido Município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27/08/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

### RESOLUÇÃO Nº 88/76

DATA: 27 de Agosto de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Realeza, objetivando execução de melhorias no prédio do Grupo Escolar da sede do referido Município. (Mensagem Governamental número 40/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 16 de fevereiro de 1976, entre o Governo do Estado

do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Realeza, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar, da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 27/08/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

#### RESOLUÇÃO Nº 89/76

DATA: 27 de Agosto de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Altônia, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar “Manoel Ribas” e o Grupo Escolar “Pedro Viriato Parigot de Souza”, do referido Município. (Mensagem Governamental número 154/75).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Altônia, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar “Manoel Ribas” e o Grupo Escolar “Pedro Viriato Parigot de Souza”, da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 27/08/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

#### RESOLUÇÃO Nº 90/76

DATA: 27 de Agosto de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Campina da Lagoa, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar “Roberto Brzezinski”, e a Unidade Sanitária, do referido Município. (Mensagem Governamental número 154/75).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 01 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Campina da Lagoa, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar “Roberto Brzezinski” e a Unidade Sanitária, da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 27/08/76

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

#### RESOLUÇÃO Nº 91/76

DATA: 27 de Agosto de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Gover-

no do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Corbélia, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar “José Bonifácio” e o Posto de Saúde daquela comuna (Mensagem Governamental número 154/75).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Corbélia, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar “José Bonifácio” e o Posto de Saúde, da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 27/08/76

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

#### RESOLUÇÃO Nº 92/76

DATA: 27 de Agosto de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Loanda, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar “Paraná” e a Unidade Sanitária, da sede do referido Município. (Mensagem Governamental número 154/75).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 06 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Loanda, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar “Paraná” e a Unidade Sanitária, da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 27/08/76

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

#### RESOLUÇÃO Nº 93/76.

DATA: 27 de Agosto de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Ponta Grossa, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar “General Osório”, da sede do referido Município. (Mensagem Governamental número 154/75).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 02 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e

o Município de Ponta Grossa, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar General Osório, da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 27/08/76

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

#### RESOLUÇÃO Nº 94/76

DATA: 27 de Agosto de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Rancho Alegre, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar e o Ginásio Estadual, do referido Município. (Mensagem Governamental número 154/75).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 18 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Rancho Alegre, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar e o Ginásio Estadual, da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 27/08/76

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

#### DECRETOS:

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 570/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7200, de 13 de agosto de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

revogar o Decreto Legislativo número 442/69, de 11 de agosto de 1969, que designou a funcionária MARIA ALBA MENDES SILVA GASTÃO BARBOSA XAVIER, matrícula número 490, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços à Comissão Geral de Investigações — Subcomissão do Paraná.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 31/08/76

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 571/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7125, de 11 de agosto de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder, nos termos das Leis números 4763, de 05 de novembro de 1963, e 54/63, de 22 de novembro do mesmo ano, com nova redação dada pela Lei número 6468, de 18 de outubro de 1973, a NAHIME ANDRÉ BUFFARA, viúva do ex-Deputado

Estadual MIGUEL BUFFARA, falecido no dia 09 de março de 1976, pensão mensal de valor equivalente a três (03) salários mínimos, fixados para a Capital do Estado, a partir da data do óbito.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 01 de setembro de 1976

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 572/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 5701, de 24 de junho de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de EMA ELY ATHANASIO RUPP, matrícula número 309, ocupante do cargo de nível PL “20”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 01 de dezembro de 1951 e igual data de 1956;

II — mandar incorporar para todos os efeitos legais, de acordo com o mesmo dispositivo legal, ao seu acervo de serviço público, o tempo de hum (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 14 de dezembro de 1962 e 14 de maio de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e de quinze (15) dias de férias relativas ao ano de 1966, contadas em dobro; e,

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no mesmo dispositivo legal invocado, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio compreendido entre 14 de maio de 1972 e 14 de maio de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao decênio anterior.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 02/09/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 573/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6925, de 05 de agosto de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder, nos termos do parágrafo único do Art. 247, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a NILVA MARIA MORO, matrícula número 497, ocupante do cargo de nível PL “22”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, vencido em 05 de junho de 1974.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 02/09/76

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário